

REESTRUTURAÇÃO JÁ! NÃO PODEMOS MAIS ESPERAR

A categoria exige uma contraproposta séria em relação ao projeto do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) aprovado por unanimidade na Plenária de Belém, e atualizado na de Natal. Nada poderia ter sido modificado sem ouvir a base, assim como as deliberações desta Plenária igualmente não podem ser. Esperamos que as resoluções do evento que ora se realiza também não sejam desconsideradas.

Para cúpulas, tudo, para servidores, o Fórum de Carreira

Benefícios para cargos comissionados do STJ, TST e CSJT, em sua maioria destinados a servidores extraquadro, e outras reorganizações internas como "Equaliza", "residência jurídica" e "secretaria única", além de mais terceirizações e mecanismos de controle, avançam sobre os trabalhadores.

O contraste nas intenções das instituições é evidente: há reconhecimento institucional da sobrecarga, mas não nomeiam concursados. Há "folga orçamentária" de R\$ 7,3 bilhões anuais nas despesas de pessoal do PJu e MPU, segundo cálculo apresentado pelos ministros do STF (G1, 25/03/2026), e movimentações rápidas têm sido feitas pela magistratura para garantir esse orçamento! Para os servidores, resta aguardar por um Fórum de Carreira que interdito discussões com repercussão financeira.

"Na volta a gente compra"

O debate do projeto de carreira vem sendo estudado pelos trabalhadores há mais de uma década, com decisões maduras tomadas há cerca de quatro anos pelos servidores, como a atualização das competências e atribuições dos cargos, data-base, políticas contra o assédio moral, entre outras. Sem avanço em 2024 e 2025, mobilizações e greves pontuais ocorreram em alguns estados, seguindo o calendário nacional.

Editorial

Diretoria do Sindjufe-BA exige respeito à categoria e a sua dirigente

Enquanto a administração acelera sua própria reestruturação, a magistratura garante rapidamente seus "penduricalhos", a derrubada do veto se torna cada vez mais difícil, a reestruturação permanece travada e a FENAJUFE continua paralisada no Fórum de Carreira. A Federação Nacional segue atacando nossa dirigente e resumindo a luta a reuniões, ofícios e abaixo-assinados.

Entendemos que a falta de enfrentamento real à injustiça orçamentária do PJu, a submissão total ao Fórum de Carreira que nos congela há mais de dois anos, somada à opção por alijar a base de participar dos "ajustes de rota" que se fizerem necessários, geraria a insatisfação e aumentaria o divisionismo. O que de fato aconteceu.

De uma Federação se espera a prática do princípio federativo, o respeito às divergências e organização nacional da luta. Mas o que se viu nessa gestão foram ataques desproporcionais a dirigentes que respeitam as decisões das suas bases na ausência de novas deliberações tomadas pela base nacional nos seus espaços legítimos e a criação de narrativas sem lastro para fomentar ataques inimagináveis a essas.



Dia Nacional de Luta na capital e no interior, que antecedeu as paralisações na Bahia

Essas paralisações contribuíram para a conquista do Adicional de Qualificação (AQ), ainda que diferente do aprovado no Fórum, com mudanças no VR e a exclusão dos auxiliares na primeira graduação. Sobre a reestruturação, repete-se o mesmo cenário: a administração apresenta uma tabela salarial, afirma respeitar o percentual aprovado e acena com mudanças. Na prática, envia ao Congresso um reajuste parcelado e adia a decisão da base.

Quem luta faz a hora

A administração mostra que não quer apresentar proposta de reestruturação de carreira. Nos iludiram quando impuseram consensos para seguir com as tratativas e nos enganaram quando estabeleceram prazos. Não é difícil entender porque só querem negociar nesse Fórum. Difícil é entender porque a FENAJUFE se pauta por ele. A virada desse jogo está em nossas mãos! A hora é agora!

Importante notar que o ataque a nossa dirigente não começou em julho. Ali, foi apenas levado ao paroxismo por ter anunciado, ao fim e ao cabo, o que se veria logo depois: a derrota da campanha pela reestruturação da carreira.

O Sindjufe-BA sempre se pautou na defesa de toda a categoria, na coragem, no enfrentamento, no compromisso às decisões nacionais, como o calendário de luta aprovado nacionalmente, incluindo greves. Nosso combustível é o diálogo, respeito às divergências, democracia interna, debate permanente com a categoria e defesa das suas pautas.

Nessa toada, o Sindjufe-BA chama a FENAJUFE a arquivar o processo de punição às dirigentes e priorizar a unidade para a construção coletiva da luta real por direitos da categoria, que quer e merece:

Respeito, valorização e salário digno no bolso!

Diretoria do Sindjufe-BA

VITÓRIAS JURÍDICAS AMPLIAM DIREITOS DA CATEGORIA

A atuação jurídica do Sindjufe-BA, aliada ao trabalho político, tem garantido avanços concretos. Confira conquistas recentes:

- ▶ **GAS** — Aposentados com direito à integralidade não devem pagar contribuição previdenciária sobre a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), recebida por servidores do TRE-BA e da Justiça Federal. Além da suspensão da cobrança, a decisão garante a devolução dos valores descontados indevidamente desde 2019.
- ▶ **Abono de permanência** — O abono pago a servidores que já poderiam se aposentar, mas seguem em atividade, integra a remuneração. A decisão amplia os efeitos financeiros da verba e foi mantida em segunda instância. O TRE-BA e a JM já estão pagando enquanto a JFBA e TRT5 aguardam o trânsito em julgado.
- ▶ **Quintos e décimos** — Sentença da JFBA impediu a absorção das parcelas dos quintos administrativos incorporadas ao salário sob a condição de compensações com reajustes futuros, preservando um direito histórico da categoria. Processo seguirá ao TRF1.
- ▶ **URV de 11,98%** — O Sindjufe-BA garantiu a devolução do imposto de renda cobrado sobre juros relacionados às perdas da URV referentes a 2005 e 2006. O sindicato já iniciou os procedimentos para assegurar que servidores do TRE-BA e do TRT5 sejam ressarcidos.
- ▶ **Mesa Permanente no TRT5** — Após solicitação do Sindjufe-BA, o TRT5 instituiu a Mesa de Negociação Permanente e Paritária. A iniciativa também já foi formalizada no TRE-BA, e o sindicato segue em tratativas com a Justiça Federal para implementação no órgão.

Todas as ações e demonstrações financeiras da entidade estão no App do Sindjufe-BA.

PEJOTIZAÇÃO: FIM DA CLT, DA JUSTIÇA DO TRABALHO, COM IMPACTOS NA LEI 8.112/90

A CLT é a base da Lei 8.112/90, já considerada “facultativa” pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou novas contratações sob essas regras.

O fim desse arcabouço normativo atingirá as contribuições ali previstas, representando uma ameaça grave às relações trabalhistas. Essa mudança terá impactos sobre a Justiça do Trabalho, INSS, benefícios sociais e uma série de direitos como férias, 13º salário, jornada e licenças em geral. A ruptura afetará todos os trabalhadores brasileiros, sejam da iniciativa privada, das empresas públicas e também servidores estatutários.

O Sindjufe-BA tem participado de todas as mobilizações contra essa proposta. O sindicato solicitou ao deputado estadual Hilton Coelho (PSOL-BA), servidor do TRT5 no cargo de APJ, a realização de uma audiência pública para tratar sobre o tema. Essa iniciativa se soma a outras ações que têm o objetivo de alertar a sociedade sobre os riscos que nós estamos enfrentando.



O Sindjufe-BA realiza assembleias regularmente, nas quais se discutem pautas para as reuniões com as administrações



Reunião com administrações dos Tribunais no Estado

BREVE ROTEIRO PARA UMA CAMPANHA SALARIAL

Todas as campanhas salariais exigem um roteiro, com elementos indispensáveis a serem seguidos pelas direções sindicais. As características das categorias e conjunturas podem suscitar ajustes na forma, conteúdo ou tática.

Se as direções respeitarem os critérios democráticos, investir ao máximo na unidade, respeitar divergências, produzir síntese coletiva a partir de dados econômicos e históricos, sempre com honestidade política e compromisso, a categoria se sentirá contemplada.

Processo de disputa em Mesa de Negociação:

- 1** – A base define a proposta a ser enviada à mesa, em que trabalhadores e administrações possuem assento. Nesse espaço, as representações do patronato precisam ter prerrogativa para decidir.
- 2** – Na mesa, os debates ocorrem em calendário programado entre as partes. A cada reunião, havendo alguma contraproposta do patrão, o **sindicato chama a categoria para avaliar e deliberar** sobre o teor. No estatuto da FENAJUFE há a instância “**Reunião Ampliada**” para esse debate rápido.
- 3** – Esse processo de discussões segue de acordo com o calendário de reuniões, intercaladas necessariamente com oitivas à categoria. **Quando as negociações ocorrem com a categoria em greve, o processo é mais rápido, e o resultado é melhor para os trabalhadores.**
- 4** – Ainda na mesa, se discute sobre o encerramento da greve, prazo para a assinatura dos documentos e compensação pelos dias parados.

SAÚDE MENTAL EXPÕE LIMITES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO JUDICIÁRIO

O suicídio de três colegas do PJU na Bahia, no início deste ano, trouxe para o centro do debate o adoecimento mental no serviço público. A situação reforçou a necessidade de discutir as condições de trabalho, ambiente laboral e políticas de cuidado dentro do Judiciário.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam crescimento contínuo dos afastamentos por motivo de saúde no Judiciário Federal desde a pandemia. Ansiedade, depressão e síndrome de *burnout* aparecem entre as principais causas de licenças médicas. Na Justiça do Trabalho, os índices de absenteísmo-doença chegaram a cerca de 9% em 2025, um dos maiores do país.

Nesse contexto, o Sindjufe-BA promoveu, durante a campanha Janeiro Branco, a *live* “Saúde mental: serviço público e a prevenção do suicídio”, abrindo espaço para discutir adoecimento psíquico e responsabilidade institucional.

Por meio do Núcleo de Combate às Opressões, o sindicato também passou a relacionar o tema ao machismo, racismo e à violência de gênero presentes no ambiente de trabalho, defendendo espaços menos violentos, com escuta, respeito, acolhimento e compromisso do poder público.

As pesquisas mostram que as relações de trabalho são afetadas pelos demarcadores sociais referidos, e por isso a atuação sindical precisa contemplar esses aspectos.

Para tratar desses temas, o Núcleo promoveu debates sobre “Emancipação Civil e Política para enfrentar as violências contra as mulheres no Brasil”, em *live* transmitida no dia 11/03, e sobre o “14 de maio: o dia seguinte à assinatura da Lei Áurea”, na referida data, sobre as consequências do fim da escravidão no país.

Os trabalhadores têm direito a um ambiente de trabalho saudável e estimulante para ser produtivo e o Sindjufe-BA é um aliado permanente dessas causas.